

ÍNDICE

Agradecimentos.	7
Abreviaturas.	9
Resumo.	13
Abstract	17
Nota Prévia.	19
Índice	21
Introdução	33
1. Apresentação do tema e justificação da escolha.	33
2. Delimitação do objecto de estudo.	41
3. Considerações metodológicas e plano da dissertação	44

Parte I **O Fomento Administrativo**

Título I – Enquadramento jurídico-constitucional	49
Capítulo I – O fomento enquanto tarefa pública	49

4. Preliminares	49
5. Termos da qualificação	51
6. A responsabilidade pública de execução do fomento	54
7. O fomento público e o fomento privado	56
 Capítulo II – Os âmbitos do fomento à luz da Constituição	 61
8. Preliminares	61
9. Fomento económico	62
10. Fomento social em sentido amplo	63
11. Fomento e planeamento	66
 Título II – O Fomento enquanto actividade administrativa	 75
 Capítulo I – O fomento no quadro das actividades administrativas e da evolução do Estado Moderno	 75
12. Razão da ordem	75
13. O conceito	75
14. Os elementos definidores da actividade administrativa de fomento	79
15. A actividade administrativa de fomento e as demais actividades administrativas	 90
15.1. Fomento e polícia	91
15.2. Fomento e prestação	95
15.3. Fomento e garantia da prestação/regulação	99
15.4. Síntese conclusiva	103
16. O fomento e a evolução do Estado Moderno	105
 Capítulo II – A Administração Pública do Fomento	 113
17. A orgânica da Administração Pública do Fomento	113
18. A Administração Estadual Directa	119
18.1. A Administração Central	120
18.2. A Administração Periférica	125
19. A Administração Estadual Indirecta	126
19.1. Os Institutos Públicos	127
19.2. As Fundações Públicas de Direito Privado	133
19.3. As Entidades Públicas Empresariais	135
19.4 A Administração Indirecta sob a forma privada	136

20. A Administração Autónoma	145
20.1. Administração autónoma não territorial	146
20.2. A Administração Autónoma territorial	150
21. A “administração delegada”	161
22. O modelo de governação dos FEEI	162
23. Síntese conclusiva	164
Capítulo III – Os meios de fomento	169
24. Introdução	169
Secção I – Os meios de fomento de carácter meritório	173
25. A Ordem do Mérito Empresarial e a Ordem Militar de Sant’Iago da Espada	173
26. As condecorações, medalhas e outras distinções	174
27. As “recompensas” previstas no Código da Propriedade Industrial	175
Secção II – Os meios de fomento de carácter económico e financeiro (ou subvenções-fomento em sentido amplo)	177
28. As subvenções em sentido restrito: remissão	177
29. Os incentivos fiscais	177
30. As garantias pessoais	183
31. Os empréstimos e as linhas de crédito	188
32. O financiamento através de capitais de risco.	194
33. A assistência técnica	195
34. Os prémios.	197
35. Outros	198
Secção III – Os meios de fomento de carácter jurídico <i>stricto sensu</i>	199
36. Preliminares	199
37. O estatuto de pessoa colectiva de utilidade pública.	199
38. A qualidade de entidade beneficiária de expropriações por utilidade pública	202
39. Os títulos de qualidade oficialmente reconhecidos: os casos “PME Líder” e “PME Excelência”	204

40. A autorização de residência para actividade de investimento e o Startup Visa	205
41. Apreciação global	206

Parte II
As Subvenções

Título Introdutório	211
Capítulo I – As subvenções em diferentes ordenamentos jurídicos	211
42. Preliminares	211
43. O ordenamento jurídico espanhol	212
44. O ordenamento jurídico italiano	218
45. O ordenamento jurídico francês	224
46. O ordenamento jurídico português (em especial, a jurisprudência)	229
Capítulo II – Delimitação do objecto de estudo: a subvenção-fomento em sentido restrito.	237
Secção I – Os conceitos de subvenção	237
47. A subvenção em sentido amplíssimo: perspectiva dogmática e delimitação do objecto de estudo	237
48. A subvenção-fomento em sentido restrito	241
48.1. As características comuns aos demais meios de fomento de carácter económico e financeiro	244
48.2. As características específicas das subvenções em sentido restrito	246
48.3. Breve distinção face aos demais meios de fomento de carácter económico e financeiro	272
48.4. Delimitação pela negativa	274
49. A subvenção administrativa	279
Secção II – Alguns conceitos normativos relativos a subvenções	287

50. O conceito de “subvenção pública” definido pelo Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de Agosto	287
51. O conceito de “subvenção pública” da Lei n.º 64/2013, de 27 de Agosto	292
52. O conceito de “subsídio ou subvenção” do Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de Janeiro	295
53. O conceito de “auxílios de Estado” do TFUE	297
54. O conceito de “subvenção” do Acordo sobre as Subvenções e as Medidas de Compensação da Organização Mundial do Comércio	299
55. Síntese-conclusiva	304
 Título II – O acto e o contrato como formas de exercício da actividade administrativa de atribuição de subvenções	 309
56. Introdução: a relação jurídica subvencional como relação jurídica administrativa	309
57. A autonomia pública contratual no domínio das subvenções	311
 Capítulo I – A atribuição de subvenções através de acto administrativo	 319
 Secção I – O acto administrativo de subvenção	 319
58. A subvenção enquanto acto administrativo	319
59. O conteúdo e a problemática das cláusulas acessórias	320
60. Enquadramento nas tipologias dos actos administrativos	327
 Secção II – O regime jurídico do acto de subvenção	 335
61. Preliminares	335
62. Regime procedimental	337
62.1. A aplicação subsidiária do CPA	338
62.2. A hipotética aplicação da Parte II do CCP: o n.º 3 do artigo 1.º do CCP	341
62.3. Síntese-conclusiva	346
63. Regime substantivo.	347
64. Regime processual	348

Capítulo II – A atribuição de subvenções através de contrato administrativo	351
Secção I – O contrato administrativo de subvenção	351
65. A subvenção enquanto contrato administrativo.	351
66. Contratos económicos, contratos-programa e contratos de subvenção	353
67. Enquadramento nas tipologias dos contratos administrativos	357
Secção II – Regime jurídico do contrato de subvenção	363
68. Preliminares	363
69. Regime pré-contratual.	364
69.1. Exclusão da aplicação da Parte II do CCP.	364
69.2. Os contratos subsidiados	373
70. Regime substantivo	378
71. Regime processual	388
72. Nota sobre as subvenções administrativas	394
Título III – A relação jurídica subvencional	401
73. Introdução	401
Capítulo I – O procedimento administrativo de atribuição de subvenções	403
74. Razão de ser e importância do procedimento	403
75. O procedimento subvencional: diagnóstico e proposta de <i>iure constituendo</i>	406
76. Os princípios especiais do procedimento subvencional e a sua importância	410
Capítulo II – O regime da invalidade	433
77. Preliminares	433

Secção I – A invalidade do acto de subvenção	435
78. As causas da invalidade: em especial, o crime de fraude na obtenção de subsídio ou subvenção	435
79. Aspectos gerais do regime da invalidade	438
80. O regime da anulação administrativa	440
Secção II – A invalidade do contrato de subvenção.	449
81. As causas da invalidade	449
82. Aspectos gerais do regime da invalidade	451
83. Os prazos	455
84. A iniciativa do beneficiário e de terceiros	458
85. Confronto entre os regimes da invalidade do acto e do contrato: apreciação crítica	459
Secção III – A invalidade das subvenções e o regime dos auxílios de Estado	467
86. Breve descrição do regime europeu dos auxílios de Estado.	467
87. Impacto no regime da invalidade das subvenções	471
88. Propostas de iure constituendo	477
Capítulo III – Conteúdo e execução das subvenções.	481
Secção I – Os direitos e as obrigações dos sujeitos	481
89. Introdução	481
90. Nota sobre as subvenções em sentido amplíssimo	483
Subsecção I – A posição jurídica do beneficiário da subvenção.	485
Divisão I – As posições jurídicas de vantagem.	485
91. Direito de receber pontualmente o financiamento atribuído	485
92. Direito de modificar o projecto subvencionado.	486
93. Direito de obter apoio, colaboração e informação junto da entidade subvencionante	487
94. Direito de percepção dos resultados da actividade subvencionada: direitos de propriedade industrial e direitos de autor e conexos	488

95. Direito de resolver o contrato de subvenção/direito de renunciar ao acto de subvenção	490
96. Outros direitos	493
Divisão II – As posições jurídicas de desvantagem	494
97. Obrigação de executar o projecto ou actividade subvencionada nos termos e condições aprovados	494
98. Obrigação de informação	495
99. Obrigação de dispor de um dossier organizado relativo ao projecto ou actividade subvencionada.	496
100. Obrigação de publicidade	497
101. Obrigação de cumprir as regras da contratação pública	498
102. Obrigação de adoptar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações susceptíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre os beneficiários e os seus fornecedores ou prestadores de serviços.	500
104. Obrigação de conservação de documentos	505
105. Sujeição a acções de acompanhamento, controlo, auditoria e fiscalização	506
106. Obrigações de restituir os montantes indevidamente recebidos e de cumprir as sanções administrativas aplicadas (remissão)	508
107. Outras obrigações	508
Divisão III – O princípio da autonomia privada e a execução da actividade subvencionada: reflexão sobre a sujeição a normas e princípios de Direito Administrativo	510
108. O princípio da autonomia privada e a liberdade contratual: brevíssimo enquadramento	510
109. A expansão dos valores de Direito Administrativo para a esfera privada do beneficiário da subvenção	513
Subsecção II – A posição jurídica da entidade subvencionante	528

Divisão I – Obrigações	528
110. Obrigação de efectuar pontualmente o(s) pagamento(s) da subvenção	528
111. Obrigações de publicidade e de reporte de informação	528
112. Obrigação de prestar apoio, colaboração e informação	531
113. Outras obrigações: a obrigação de assegurar o cumprimento das regras da contratação pública	531
Divisão II – Poderes funcionais	532
114. Poder de acompanhar e fiscalizar a execução da subvenção	532
115. Poder de aplicar sanções	534
116. Poder de ordenar a restituição total ou parcial da subvenção atribuída	537
117. Outros poderes	538
Secção II – O incumprimento das obrigações do beneficiário e as suas consequências	539
Subsecção I – Introdução	539
118. Diagnóstico	539
119. Distinções relevantes e outras notas preliminares	540
120. Proposta de sistematização das consequências do incumprimento	547
121. As circunstâncias do incumprimento e o princípio da proporcionalidade	556
Subsecção II – Excurso pelas consequências do incumprimento do beneficiário	566
Divisão I – Consequência administrativa não sancionatória: a restituição da quantia recebida	566
122. Caracterização	566
123. O procedimento de restituição	578
123.1. A fase administrativa	580
123.2. A fase da cobrança coerciva	596

Divisão II – Consequências administrativas sancionatórias	603
124. O Direito Administrativo Sancionatório	603
125. Revogação e resolução sancionatórias	606
126. Sanções pecuniárias	614
127. Suspensão dos pagamentos	616
128. Impedimentos	616
129. Síntese-conclusiva	617
Divisão III – Consequências criminais	618
130. O crime de fraude na obtenção de subsídio ou subvenção	618
131. O crime de desvio de subvenção	620
132. A articulação da responsabilidade criminal com as consequências administrativas	621
Divisão IV – Consequências civis	624
133. Responsabilidade civil do beneficiário perante a entidade subvencionante	624
134. Notas sobre a responsabilidade civil do beneficiário perante terceiros.	624
Secção III – O incumprimento das obrigações da entidade subvencionante e a tutela dos direitos e interesses do beneficiário	629
135. Preliminares	629
136. Incumprimento da obrigação de efectuar pontualmente o(s) pagamento(s) da subvenção.	630
137. Incumprimento das obrigações de publicidade e de reporte de informação	638
138. Incumprimento da obrigação de prestar apoio, informação e colaboração	639
139. Incumprimento da obrigação de assegurar o cumprimento das regras da contratação pública pelos beneficiários das subvenções . . .	640
140. Violação dos princípios gerais da actividade administrativa	641
141. A extinção da subvenção como consequência do incumprimento da entidade subvencionante	643
142. O papel do Provedor de Justiça e do Curador do Beneficiário	645
143. Apreciação global	647

Capítulo IV – As causas de extinção da relação jurídica subvencional	649
144. Elenco	649
145. Análise sumária	650
Síntese Final e Teses Gerais.	653
146. O fomento administrativo e as subvenções	653
147. A autonomia científica do Direito Administrativo das Subvenções?	656
147.1. Caracterização e problematização	656
147.2. As fontes normativas	661
147.3. Os princípios relativos às subvenções em sentido restrito	664
147.4. Os desafios do Direito Administrativo das Subvenções	681
Bibliografia.	689